
O PATRIMÔNIO CULTURAL À DERIVA DA HISTÓRIA: NOTAS PRELIMINARES DE UM ESTUDO

Eliane Brito Silva
Universidade do Estado da Bahia
britto.eliane@uol.com.br

Em minha trajetória como professora de Prática do Ensino de História e Estágio Supervisionado, na Universidade do Estado da Bahia, é possível transitar de uma escola a outra, de uma sala a outra, e em muitas aulas de História. Nesses espaços vimos complexificando à relação entre ensino da História e o estudo da História nas práticas escolares e acadêmicas. Observa-se, gradualmente, a predominância de discursos e narrativas históricas eurocêntricas, além de exercícios de repetição e memória, para fins de reprodução e transcrição nas atividades avaliativas. Vista assim, parece que nada ou pouca coisa mudou na escola. E poderíamos não pensar nessas questões, se não tivéssemos conhecimento do movimento de renovação na historiografia da História e pedagógica.

Nesse texto, buscamos apresentar os resultados do levantamento de dados de uma pesquisa em andamento sobre formação de professores de História e refletir sobre os obstáculos e as possibilidades político-epistemológicas dos patrimônios no mundo das escolas, dos colégios, dos institutos, das universidades. Como primeiro passo: a revisão da bibliografia.

Definimos que faríamos o levantamento dos trabalhos e estudos sobre a educação patrimonial na formação de professores de História publicados no período de 2002 a 2009. O recorte temporal não é aleatório, afinal em 2002, são instituídas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 01 e 02/2002), o que em tese provocaria uma mudança nos cursos de licenciatura. Embora, os debates e as discussões antecedam a homologação das resoluções em questão, no interior das universidades, para muitas delas, seria o início das discussões, e conseqüentemente, do processo de reestruturação ou reformulação curricular.

Os dados apresentados referem-se aos trabalhos apresentados nos eventos acadêmicos de âmbito nacional, o da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e da Associação Nacional de História (ANPUH), elegemo-nos por ambos congregar docentes–pesquisadores das universidades federais e estaduais, públicas e privadas do país.

Na ANPED, levantaríamos a produção do GT de Formação de Professores do período de 2002 a 2009, e na ANPUH, diante da inexistência de um Grupo de Trabalho (GT) específico sobre Formação de Professores, analisaríamos a produção do GT de Ensino de História e Educação. Também realizamos o levantamento de teses e dissertações nos programas de pós-graduação em Educação e História da Universidade Federal da Bahia e das Universidades Estaduais da Bahia – UNEB, UEFS, UESC e UESB.

Ademais, definimos que as revistas publicadas pelas associações e programas também fariam parte do estudo. Na ANPUH, a Revista Brasileira de História (RBH), uma publicação semestral e a Revista História Hoje (RHH), de periodicidade quadrimestral. Na ANPED, a Revista Brasileira de Educação, também publicada quadrimestralmente, mais a Revista da FAEEBA, a Revista da FAGED e a Revista de História, respectivamente, periódicos do PPGEduc, do PPGE e do PPGH.

Para a localização dos trabalhos e publicações da ANPED e ANPUH consultamos a página dos programas e das associações na internet. A ANPED mantém em sua página (<http://www.anped.org.br>) o registro e arquivo das reuniões anuais da 23ª (2000) a 32ª (2009), todas realizadas na cidade de Caxambu/ MG, com exceção da 26ª Reunião Anual que foi realizada em Poço de Caldas/MG.

Nas Reuniões Anuais da ANPED em relação ao período de 2002 a 2009 apresentaram um total de 251 trabalhos e pôsteres, abordando a formação inicial, formação continuada, saberes docentes, profissionalização docente, identidade e profissionalização, revisão de literatura. De 251 (duzentos e cinquenta e um) trabalhos, encontramos apenas 1 (um) sobre educação patrimonial, mas referindo-se a formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. “Patrimônio, memória e formação de professores: outros diálogos na formação docente” (ARAÚJO; PÉREZ; TAVARES, 2006).

Em relação às publicações da Revista Brasileira de Educação, correspondente ao período de 2002 a 2009 (RBE Jan./Fev./Mar./Abr. 2002 a RBE Mai./Ago. 2009) temos 23 números/edições, onde estão publicados 241 (duzentos e quarenta e um) artigos, e não há nenhum estudo sobre educação patrimonial.

Destarte, no total, as publicações da Revista Brasileira de Educação e dos trabalhos reunidos nos Anais das Reuniões Anuais da ANPED do período de 2002 a 2009, somam 492 (quatrocentos e noventa e dois) trabalhos, e apenas 1 (um) versa sobre a educação patrimonial e formação de professores. O número reduzido de trabalhos ilustra o pensamento de Franco (2004/2005).

Segundo a professora existe um descaso em cursos de História de várias universidades do Brasil em relação às questões educacionais, como também há esforços de profissionais – professores universitários e da educação básica da rede pública e/ou privada, alunos de graduação e pós-graduação em História e Educação, preocupadas em estabelecer o vínculo entre pesquisa e ensino na área de História (FRANCO, 2004/2005, p. 5).

Na ANPUH, realizamos o levantamento de dados do Simpósio Nacional de História, do Encontro Estadual de História, do Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, na Revista Brasileira de História, e na Revista História Hoje. O levantamento dos dados nas revistas foi realizado nos sites da própria associação – <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/public>, no caso da RBH e <http://www.anpuh.org/revistahistoria/public>, da RHH.

A ANPUH realiza a cada dois anos o *Simpósio Nacional de História*, e no intervalo entre dois simpósios nacionais, as Seções Regionais organizam seus encontros estaduais. Interessa para a pesquisa nesse caso específica – o *Encontro Estadual de História*, ANPUH-BA.

A produção sobre ensino de História no âmbito desses eventos acadêmicos também é pouco expressiva. No período de 2002 a 2009 foram realizados quatro simpósios nacionais, a saber: XXII Simpósio Nacional de História, “História, acontecimentos e narrativas, em João Pessoa/PB – 2003; XXIII Simpósio Nacional de História, em Londrina/PR – 2005; XXIV Simpósio Nacional de História, “História e Multidisciplinaridade:

territorialidades e deslocamentos”, em São Leopoldo/RS – 2007; e XXV Simpósio Nacional de História, “História e Ética”, Fortaleza/CE – 2009. Nos Anais do XXII Simpósio Nacional de História, “História, acontecimentos e narrativas, em João Pessoa/PB – 2003 encontramos 43 (quarenta e três) comunicações; nenhuma delas se reporta a educação patrimonial na formação de professores. Esses dados estão reunidos nos Anais Eletrônicos Complementares. Não tivemos acesso aos Anais Eletrônicos publicados em CD-ROM do evento.

Os Encontros Estaduais de História – ANPUH-BA são realizados nos intervalos dos simpósios nacionais. No período de 2002 a 2008 foram realizados quatro encontros: I Encontro Estadual de História, “História, cidades e sertões”, em Ilhéus, BA – UESC/2002; o II Encontro Estadual de História, “Historiador “a que será que se destina?”: Dilemas e perspectivas na construção do conhecimento histórico”, em Feira de Santana, BA – UEFS/2004; III Encontro Estadual de História, “Poder, cultura e diversidade”, em Caetitê, BA – UNEB/2006; e o IV Encontro Estadual de História, “Sujeitos, Saberes e Práticas, Vitória da Conquista, BA – UESB – 2008.

Os Encontros Estaduais de História – ANPUH-BA dos anos de 2002 a 2008 apresentaram um total de 471 (quatrocentos e setenta e um) comunicações: 47 (quarenta e sete) do primeiro, 72 (setenta e dois) do segundo, 84 (oitenta e quatro) do terceiro, e 268 (duzentos e sessenta e oito) do quarto. De 471 comunicações, não identificamos nenhum estudo sobre a educação patrimonial na formação de professores.

Quanto à produção das duas revistas publicadas pela Associação – Revista Brasileira de História (2002 a Ago./2009/Jul. 2011) e Revista História Hoje (2003 a 2007) somaram 246 artigos. Na Revista Brasileira de História, encontramos 16 números/edições, somando 173 (cento e setenta e três) artigos, organizados nas seções (dossiê, artigos, estado da arte). Na Revista História Hoje, cuja primeira edição data de 2003, encontramos 13 números/edições, no total somam-se 73 (setenta e três) artigos. Todavia, não qualquer referência a educação patrimonial na formação de professores.

Os dados reunidos dos simpósios nacionais, dos encontros estaduais e das revistas da ANPUH revelam uma constatação nada confortável. No conjunto, foram publicados 760

(sete centos e sessenta) trabalhos na Área de História, e apenas 1 (um) versa sobre a educação patrimonial na formação de professores. Pelo conjunto de trabalhos, dos dados, do volume das produções e temáticas do GTs, percebe-se “uma espécie de ausência”.

Quanto ao Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História (o “Perspectivas”) foram projetado e implementado em 1988, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), iniciativa da Prof^a Elza Nadai, professora da Prática de Ensino de História, da USP. Somente a partir de 1993, o “Perspectivas”, passou a coexistir com o Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História e os Encontros Nacionais e Regionais da ANPUH.

No período de 2002 a 2009 foram realizados três encontros do “Perspectivas”: V Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, Rio de Janeiro, 2004/UERJ; VI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, Rio Grande do Norte, 2007/UFRN, e VII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, Minas Gerais, 2009/UFU.

No VII Encontro Nacional “Perspectivas do Ensino de História”, “*Ensino de História, Cidadania e Consciência Histórica*”, realizado pela Universidade Federal de Uberlândia/MG, em 2009 foi apresentado um total de 248 (duzentos e quarenta e oito) trabalhos, – 225 comunicações e 23 pôsteres, todas na área de Ensino de História. Destes, encontramos 20 trabalhos reunidos no GT 6 – Memória, patrimônio e ensino de História. Sobre a educação patrimonial na formação de professores localizamos apenas 1 (um) trabalho: “O ensino de História e a formação para a cidadania: considerações acerca da educação patrimonial no processo de formação de professores” (MARÇAL; LIMA, 2009).

Ademais, mais 2 (dois) trabalhos referem-se à educação patrimonial no ensino de História: “Educação Patrimonial e Estudo do meio: metodologias para o ensino de história na educação básica” (PACHECO, 2009); “A Educação Patrimonial e suas possibilidades para o ensino fundamental: um estudo sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, no município de João Pessoa, Paraíba” (VIRGÍNIO, 2009). Não tive acesso aos Anais dos “Perspectivas” realizados no Rio de Janeiro (2004) e Rio Grande do Norte (2007) e aos dados do Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História.

Vejamos a produção dos programas de Pós-Graduação. É importante destacar que o conjunto de universidades incluídas nesse estudo, todas possuem o curso de Graduação em Licenciatura em História – IES baianas e a federal. As universidades estaduais (UEBA) oferecem o curso de Licenciatura em História, de formação de professores para educação básica, mas não há em seus Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, cursos e/ou linhas de pesquisa na área de ensino de História. Consultamos o banco de dados Teses e Dissertações das quatro universidades estaduais e da UFBA. Na consulta ao banco da Capes, levantamos as teses e dissertações dos programas de Pós-Graduação da UNEB, UEFS, UESC, UESB e UFBA. Por ora não apresentaremos, pois há contradição entre os dados disponibilizados na página dos programas e os dados da Capes.

Na UNEB, o Campus I – Salvador oferece Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu*, cursos de Mestrado e Doutorado em Educação e Contemporaneidade (PPGEDuc). O PPGEduc (<<http://www.ppgeduc.uneb.br>>) compõe-se de três linhas de pesquisa: Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, Educação, Tecnologias Intelectuais, Currículo e Formação do Educador e Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.

Ainda, na UNEB, no Campus II, Alagoinhas, há somente um programa de Pós-Graduação, o Mestrado em Crítica Cultural – Pós-Crítica. O Campus V – Santo Antonio de Jesus mantém dois Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento e o Mestrado em História Regional e Local. Todavia, nenhum desses apresenta uma linha de pesquisa sobre o ensino de História. A UEFS oferece o curso de Mestrado em História, e o Mestrado e Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na UESC não existe nenhum Programa de Pós-Graduação em História ou Educação. E finalmente, a UESB, oferece um Programa de Pós-Graduação em Memória, em nível de mestrado.

Na Faculdade de Educação, a FAGED–UFBA, o Programa de Pós-Graduação é constituído por cinco linhas de pesquisa: Currículo e (In)formação, Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica, Políticas e Gestão da Educação, Educação e diversidade e Educação,

Cultura Corporal e Lazer. A FACED oferece ainda os cursos de Pedagogia, Educação Física e Ciências Naturais.

Na página do Programa (http://www2.faced.ufba.br/pos_educacao/teses_dissertacoes), no período de 2002 a 2009, encontramos 172 (cento e setenta e dois) dissertações e 115 (cento e quinze) teses, portanto, 287 trabalhos, dos quais apenas 5 (cinco) referem-se ao Ensino de História, sem nenhuma referência a educação patrimonial na formação de professores. Todavia, localizamos, nesse conjunto, uma dissertação abordando a formação de professores de História: “Aprender a ensinar: a formação inicial de professores de história nas Faculdades Jorge Amado” (BARRETO, 2007). Quanto ao periódico, a Revista da FACED, (<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rfaced/issue/view/340>), relativo ao período de 2002 a 2008, nas suas 9 (nove) edições, identificamos 114 (cento e quatorze) artigos, nenhum faz referência a educação patrimonial e formação de professores.

No Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, a Área de Concentração “História Social” é composta por três linhas de pesquisa: Cultura e Sociedade, Escravidão e invenção da liberdade e Sociedade, relações de poder e região. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA) temos o curso de graduação em Licenciatura e Bacharelado. Consultando o banco de Dados Dissertações e Teses, produzidas no Programa (<http://www.ppgh.ufba.br>), entre os anos de 2002 a 2009, encontramos 137 (cento e trinta e sete) dissertações (2002-2009), não havendo nenhum estudo sobre educação patrimonial. Entre as 26 (vinte e seis) teses (2003-2009) encontradas, não encontramos nenhuma pesquisa sobre educação patrimonial na formação de professores, nem sobre o ensino de História.

Em relação ao periódico – Revista de História do curso de História da UFBA (<http://www.revistahistoria.ufba.br>), nas duas edições (2009), localizamos 14 (quatorze) artigos, mas nenhum deles aborda a educação patrimonial na formação de professores de história, nenhum estudo sobre a área de ensino de História.

Tecendo fios...

Segundo Le Goff (2003, p. 426) “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Assim, é preciso considerar o estudo sobre a memória, a despeito de a história ensinada suscitar tantas interrogações e reflexões.

No que diz respeito, à trajetória da História como disciplina escolar, a história do ensino da História na educação brasileira, é possível, afirmar que há um investimento das instituições - Estado, Escola e Sociedade na construção e perpetuação de memória e mitos nacionais. Martins (2007) diz que “não é novidade que o melhor exemplo de memória organizada seja o da memória nacional, que, mais do que qualquer outra, representa um trabalho político”. (p. 16) Não custa nada enfatizar aqui que as legislações educacionais e projetos curriculares cumprem papel importante na reconfiguração da memória.

Nessa direção, Menezes e Silva (2007) chegam a afirmar que “não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. (p.221) Nesse contexto, se proliferam centros de documentação e memória, casas de culturas, museus, núcleos de documentação e pesquisa, memoriais. (ORÍÁ, 1998, p. 128-129)

Oriá (1998) sustenta que os estudos sobre a memória e sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio histórico é recente tanto no âmbito da historiografia brasileira, como na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação, além de praticamente ausente nas práticas escolares e no processo ensino-aprendizagem em diferentes níveis do ensino. Falamos em renovação do ensino de História por algumas questões que julgamos procedente.

O que dizer das práticas do ensino de História, concretamente, nas salas de aula? Esta é a pergunta de Thaís N. de L. Fonseca (2006), após analisar as políticas curriculares entre as décadas 40 e 90. A autora destaca que uma das características dos programas curriculares e materiais didáticos sejam a de indicar para o professor/a o maior número

possível de procedimentos, e de metodologias adequadas às propostas apresentadas. De acordo com a autora, “nada disso garante a rigor, mudanças sensíveis nas práticas cotidianas dos professores e nas concepções de História predominantes” (p.68). Em sua concepção, a disciplina História (escolar), salvo algumas práticas ainda mantém, nas práticas, os elementos mais remotos que a conformam como tal.

Com tudo isso, percebemos no ambiente escolar a predominância de uma História e seu ensino de características européias e etnocêntricas, acompanhadas de metodologias de ensino e atividades avaliativas acentuadamente mnemônicas. Que desafios são postos aos professores e alunos da educação básica, aos professores formadores?

Diante desse cenário, somos capturados por muitas questões. A predominância dos estudos dos temas clássicos no ensino de História na educação básica e um currículo no ensino superior cuja história eurocêntrica aparece como estruturadora. Observamos que as marcas das políticas e reformas educacionais dos anos 60 e 70, realizadas durante o regime militar perduram. A questão que se coloca para os cursos de licenciatura em graduação plena no que diz respeito à educação patrimonial e formação de professores, ensino e pesquisa desafia.

Pelo exposto, reconhecemos que o desenvolvimento de um projeto curricular de formação que transversalize educação patrimonial e formação de professores, exigem a superação de modelos de formação dominantes nos cursos graduação de professores – currículos monoculturais e etnocêntricos e distanciamento entre a universidade e a escola, entre professores formadores e professores da educação básica. Para Oriá (1998)

A educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes proporcionar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema. (p. 141-142)

A experiência de educação patrimonial institui outra prática formativa e educativa. No que se refere à formação de professores, trata-se de projetos que integram à pesquisa à docência, isto é, investigação-formação, promovendo atividades pedagógicas a serem desenvolvidas em espaço urbano/rural/local/regional/público/privado para a formação de alunos e professores, projetos pedagógicos que tomam o espaço/patrimônio como objeto de ensino-pesquisa-extensão. Segundo Queiroz (2009) a Educação Patrimonial, compreende

“um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo [...] O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. (QUEIROZ, 2009, p. 1 apud HORTA, 1999)

Nesse processo de formação se entrecruzam e são explorados fontes e documentos, diversos contextos históricos e culturais, uma pluralidade de significações e multiplicidade de saberes, conhecimentos, memórias e histórias. No que se referem à leitura dos acervos e bens culturais materiais e imateriais, a alfabetização patrimonial, enquanto “ferramenta teórico-prática, possibilita ao sujeito (re) fazer a leitura de mundo que o rodeia, ampliando sua compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (PÉREZ; TAVARES; ARAÚJO apud ANDRADE, 2009, p. 301).

O estudo sobre educação patrimonial no curso de formação de professores de História institui outra prática de formação. A Universidade, o chão da escola e da sala de aula aparece aqui como lócus, espaços-tempos de formação, podendo contribuir para avaliação do projeto de formação, para a construção de outra prática, para a construção de conhecimentos históricos na escolaridade básica, outra prática de constituição dos saberes docentes necessários ao ofício de professor e trabalho docente.

A guisa da (in) conclusão

Marli André (1997) numa discussão sobre o interesse dos pesquisadores pela etnografia, diz que:

A primeira fase da pesquisa etnográfica não difere muito da de outros tipos de pesquisa: **requer amplo estudo da literatura relacionada ao tema e sobre o contexto a ser estudado**. Essa fase é fundamental para a formulação do problema e para a construção do **olhar teórico que orientará o trabalho de campo**. Daí nascerão as categorias iniciais de análise, as perguntas e os questionamentos que dirigirão a coleta de dados. (ANDRÉ, 1997, p. 6) (grifos nossos)

A importância da revisão da bibliografia também é ressaltada por Alves (1992). Nas palavras da autora, é

[...] A familiaridade com o estado do conhecimento na área que torna o pesquisador capaz de problematizar um tema, indicando a contribuição que seu estudo pretende trazer à expansão desse conhecimento, quer procurando esclarecer questões controvertidas ou inconsistências quer preenchendo lacunas (ALVES, 1992, p. 55 apud Warde, 1990, p. 74).

O levantamento de dados, ainda que preliminar e incompleto da produção acadêmica sobre a educação patrimonial na formação dos professores de História, revela o que Falcon (2006) denomina de uma “espécie de ausência” isto é, ao fato de que, salvo algumas poucas exceções, não se pode constatar a presença da história da educação [e é pertinente acrescentar: do ensino de História] no território da *oficina da história*”. (FALCON, 2006, p. 328)

É o que podemos observar no mapeamento da produção acadêmica. Se reunirmos os dados levantados nos fóruns da ANPED e ANPUH, nas revistas das associações e programas; além dos bancos de Dados Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação mencionados, temos um total de 2.078 trabalhos, destes, apenas 2 (dois) estudos abordam a educação patrimonial na formação de professores, ou seja, “uma evidência empírica de uma ausência”.

Importante registrar que os estudos sobre a educação patrimonial e formação de professores se inserem na área do ensino de História. Destes, 2.078 apenas 309 trabalhos são da área do ensino de História. A importância do estado de arte, também é destacada por Fonseca (1998):

Para chegar aonde queremos ir, é preciso viajar. É preciso ter a experiência de uma imersão total em culturas exóticas. Esta imersão é realizada não somente pela viagem (literal), mas também pela leitura de monografias sobre as sociedades longínquas. Hoje em dia, com a popularidade crescente da antropologia “at home”, muitos de nós prescindimos do deslocamento geográfico. **A viagem pela leitura, no entanto, é insubstituível.** (FONSECA, 1998, p. 71)

Assim, julgo importante lembrar, que essa viagem ainda está em curso.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In. In. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.
- ALVES, Alda Judith. A “Revisão de bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo, n. 81, p. 53-60, mai. 1992.
- ANDRADE, Priscila Pedro. Lendo o espaço para compreender a complexidade do cotidiano escolar. In. PÉREZ, Carmen Lucia V., TAVARES, Maria Tereza G. e ARAÚJO, Mairce da Silva. **Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Tendências atuais da pesquisa na escola. **Cad. Cedec**, Vol. 18, n. 43, Campinas, Dec. 1997.
- FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. In. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>>. Acesso em: 17 dez. 09.
- FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. Disponível em <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.
- FONSECA, Thaís Nívea de Lima. **História & Ensino de História.** 2. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- JETTÉ, René. Para uma concepção funcional da história. In. Professores da Universidade de Québec. **A história e seu ensino.** Coimbra. Almedina, 1976.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MENEZES, Leila Medeiros de e SILVA, Maria de Fátima de Souza. Ensinando história nas séries iniciais: alfabetizando o olhar. In. MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette

Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). **Ensino de História:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

ORÍÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In. BITTENCOURT, Circe (org.) **O Saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1998.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562>. Acesso em: 29 dez. 09.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2009, vol.14, n.40, pp. 143-155. ISSN 1413-2478. doi: 10.1590/S1413-24782009000100012. Acesso em: 03 jul. 09.

SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempo entendido. Campinas, SP: Papyrus, 2007.